RESOLUÇÃO nº. 002/2005

"Dispõe Sobre a Independência Financeira e Administrativa da Câmara Municipal de Divisa Nova – MG e dá Outras Providências"

A Mesa da Câmara Municipal de Divisa Nova – MG, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e a Presidência promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I

Da Ação Administrativa, Estrutural e contábil

Art. 1º. – A Câmara Municipal de Divisa Nova – MG, como um dos poderes do Município, desfrutando das prerrogativas próprias das corporações político-representativas, passa por força desta Resolução, a ter independência financeira e administrativa dos seus serviços, com vistas aos seguintes objetivos:

- I. Dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo Municipal para que possa soberanamente, exercer as suas funções institucionais;
- II. Dotar a Câmara Municipal de uma infra-estrutura capaz de proporcionar –lhe os meios adequados, seguros e legais para a plena execução de suas atividades;
- III. Oferecer aos vereadores recursos materiais e técnicos de que necessitam para o exercício de suas funções legislativas;
- IV. Colocar os serviços da Câmara Municipal de forma que possam fazer benefícios à comunidade, através de uma ligação maior com o povo, dele recebendo reivindicações, promovendo o seu trâmite e o seu encaminhamento ao Poder Executivo para adoção de medida cabível;

V. Promover o relacionamento harmônico com os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, no âmbito Municipal, com eles colaborando na solução dos problemas municipais.

Art. 2º. – O orçamento da Câmara continuará vinculado ao orçamento do Município, em atendimento ao princípio da unicidade orçamentária.

Art. 3º. – As receitas da Câmara serão as provenientes da transferência das verbas consignadas em seu orçamento.

Parágrafo Único – A Câmara poderá ter outras receitas, desde que autorizadas por lei.

Art. 4º. – No caso de haver excesso de arrecadação no orçamento do Município, esse excesso refletirá, na mesma proporção, no orçamento da Câmara, constituindo, a importância correspondente a essa proporcionalidade, Receita do Poder Legislativo, efetuando-se a transferência no mesmo mês em que for constatada.

Parágrafo Único – Caso a arrecadação do Município fique aquém do previsto na Lei Orçamentária, aplicar-se-á quanto a transferência à Câmara, o mesmo critério deste artigo.

Art. 5º. – O não cumprimento, pelo Chefe do Executivo Municipal, do disposto nos artigos 4º, 10 e 11 desta Resolução, imporá em crime de responsabilidade nos termos da Lei Orgânica do Município, sem prejuízo da instauração, pelo Poder Legislativo, do competente processo por infração político-administrativo e demais cominações legais.

Art. 6º. – A Mesa da Câmara deverá manter um sistema de controle interno de suas receitas e despesas, nos termos da Lei 4320/64, para efeito de prestação de contas de suas atividades, na forma e prazos legais.

Art. 7º. – Através de Resolução, a Câmara poderá abrir créditos especiais suplementares ao seu orçamento, nos limites autorizados por lei.

Parágrafo Único – O *superávit* financeiro do orçamento em um exercício, será objeto de crédito adicional ao orçamento do exercício subsequente, independente da autorização legal a que se refere o caput deste artigo.

Art. 8º. – A Câmara deverá abrir e manter conta corrente em Banco Oficial, que será movimentada pelo seu Presidente e primeiro Secretário, em conjunto, ou outros responsáveis legalmente nomeados por estes, também em conjunto, na qual será feita toda a movimentação financeira.

Parágrafo Único – O (s) “outro (s) responsável (eis)” pela (s) assinatura (s) da conta corrente na Câmara Municipal, de que trata o *caput* do artigo, poderá (ão) ser servidor (es) efetivo (s), comissionado (s) ou de empresa contratada para fazer a contabilidade e tesouraria.

Art. 9º. – O Presidente da Câmara encaminhará até o dia 10 (dez) de cada mês à Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal, o montante a ser liberado para as despesas de manutenção e custeio.

Art. 10 – Até o dia 20 (vinte) de cada mês, o Chefe do Executivo Municipal deverá transferir para a conta bancária da Câmara Municipal, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor consignado no orçamento vigente, à dotação do Poder Legislativo.

Art. 11 – A Divisão de Contabilidade do Município de Divisa Nova – MG, deverá transferir para a Câmara Municipal todos os dados referentes à execução do orçamento vigente, no que se refere às verbas consignadas à dotação do Poder Legislativo, créditos adicionais abertos e despesas realizadas, assim como *superávit* e excesso de arrecadação.

Art. 12 – Caso as verbas consignadas à Câmara Municipal no orçamento sejam insuficientes para atender às suas despesas no exercício, serão abertos créditos adicionais necessários, através de Projeto de Lei enviado ou Decreto editado pelo Chefe do Executivo, usando, para tanto, verbas consignadas em outras unidades, que poderão ser anuladas total ou parcialmente, ou ainda utilizando excesso de arrecadação.

Art. 13 – A Câmara Municipal de Divisa Nova – MG, compõe-se das seguintes unidades administrativas:

- I. Corpo Legislativo;
- II. Secretaria;
- III. Tesouraria;
- IV. Contabilidade e Pessoal;
- V. Serviços Gerais.

Art. 14 – Compete ao Corpo Legislativo o exercício das funções que lhe são adstritas, tais como a Função Institucional; Função Legislativa; Função Fiscalizadora; Função Julgadora; Função Auxiliadora; Função Integrativa; Função Cívica e Função Historiadora, especialmente quanto aos programas definidos na Lei 4320/64, a saber:

- I. Processo Legislativo;
- II. Fiscalização Financeira e Orçamentária externa.

Art. 15 – Compete à Secretaria:

- I. Coordenação dos expedientes do Corpo Legislativo;
- II. Coordenação dos serviços gerais da Câmara, com exceção dos serviços de Tesouraria e Contabilidade, que integram os Serviços de Finanças.

Art. 16 – Compete à Tesouraria:

- I. Coordenação dos expedientes da Tesouraria, recebimentos, pagamentos e quitações.

Art. 17 – Compete à Contabilidade e Pessoal:

- I. execução do Controle Interno da Câmara e Prestação de Contas;
- II. elaboração e execução do Orçamento da Câmara;
- III. seleção, controle de pessoal, admissão e demissão, com anuência da Mesa Diretora da Câmara Municipal;

Art. 18 – Compete aos Serviços Gerais da Câmara:

- I. organizar e atender as tarefas do Legislativo, de pleno acordo com as ordens da Secretaria;
- II. atender às demais unidades administrativas no que for solicitado.

CAPÍTULO II

Do Plano de Cargos e Salários

Art. 19 – O Regime Jurídico dos Servidores da Câmara Municipal de Divisa Nova – MG é o Estatutário, com vinculação ao Regime Geral da Previdência Social, mantido pelo INSS.

Art. 20 – Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

- I. Cargo Público o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Divisa Nova – MG e que devem ser cometidas a um servidor;
- II. Cargo Efetivo: o que é provido caráter permanente por concurso, sendo organizado em carreiras, tal como disposto no ANEXO I;
- III. Cargo Comissionado: o que é provido em caráter transitório, para desempenho de atividades de direção superior, chefia assessoramento e execução, de livre nomeação e exoneração, tal como dispostos no ANEXO II.

Art. 21 – Integram o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Divisa Nova – MG, os seguintes anexos:

- I. ANEXO I – Cargos de Carreira, vencimentos, níveis, classes, qualificações e atribuições dos cargos;
- II. ANEXO II – Cargo Comissionado;
- III. ANEXO III – Casos de Contratação por tempo determinado.

Seção I

DA CARREIRA

Art. 22 – Carreira é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho, escalonados segundo o grau de responsabilidade e complexidade, com denominações próprias.

Art. 23 – As Carreiras são compostas de séries de classes de cargos efetivos e estão contidas no ANEXO I – Quadro de Carreiras.

Art. 24 – Série de Classes é o conjunto de Classes de um mesmo cargo superpostas para atender à promoção do servidor, a cada cargo correspondendo quatro classes.

Art. 25 – As atribuições dos cargos, níveis, classes, quantidades de cargos, salários, qualificações e jornadas de trabalho, são definidas no ANEXO I.

Art. 26 – Nível é o conjunto de cargos de grau de responsabilidade e complexidade semelhantes e de idênticos vencimentos.

Parágrafo Único – Os níveis são designados por algarismos, atribuindo-se ao nível inicial o algarismo 1.

Seção II

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 27 – A investidura em Cargo de Carreira dar-se-á na classe inicial e após a aprovação em Concurso Público de provas ou de provas e títulos, realizados em uma ou mais etapas, em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal e como dispuser o Edital.

Parágrafo Único – Quando no ingresso na Carreira, o servidor perceberá o vencimento da classe que for dotado.

Art. 28 – Concluído o Concurso Público, proceder-se-á à homologação do resultado e à nomeação dos candidatos aprovados e classificados até o número de vagas constantes do Edital, observada a ordem de classificação.

Art. 29 – A regularização dos concursos para os cargos da Câmara Municipal será feita através de Decreto Legislativo.

Seção III

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 30 – O servidor investido em cargo público na forma das disposições constitucionais vigentes, somente poderá ser promovido para outro cargo, salvo os de sua carreira, conforme disposto no ANEXO I, através de Concurso Público.

Art. 31 – A promoção ou o desenvolvimento do servidor na carreira se dará pela passagem de uma classe para outra imediatamente superior, do mesmo cargo, levando-se em conta as normas estabelecidas na seção IV deste capítulo.

Seção IV

DA PROMOÇÃO

Art. 32 – Promoção é a passagem do servidor dentro da mesma carreira de seu cargo para a classe imediatamente superior e dependerá de:

- I. Existência de vaga;
- II. Cumprimento do interstício de 5 (cinco) anos de permanência no cargo em que se encontrar;
- III. Desempenho eficaz das atribuições de seu cargo, de conformidade com o regulamento;
- IV. Aprovação em seleção competitiva interna.

Parágrafo Único – Quando o número de vagas for superior ao de candidatos, poderá ser dispensada a seleção de que trata o inciso IV deste Artigo.

Art. 33 – No processo de seleção competitiva interna, em caso de empate, a preferência recairá sucessivamente no servidor que:

- I. Obter o maior número de pontos na avaliação de desempenho;
- II. Possuir maior tempo de efetivo serviço no cargo;
- III. Possuir maior tempo de efetivo exercício no serviço público municipal;
- IV. For deficiente físico, desde que o cargo seja compatível com o desempenho.
- V. For o mais idoso.

Art. 34 – O setor de pessoal fará publicar a relação das vagas existentes para os cargos e classes de cada carreira para início dos procedimentos de promoção.

Parágrafo Único – As vagas de que trata este artigo serão abertas na classe imediatamente superior à do servidor promovido, com ou sem imediata extinção da vaga existente na classe anterior, por resolução de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara.

Seção V

DA REMUNERAÇÃO

Art. 35 – A remuneração do Servidor compreende o vencimento correspondente ao valor do nível estabelecido para o respectivo cargo e classe de carreira.

Parágrafo único – Os valores dos vencimentos dos cargos de provimento efetivo são os constantes do ANEXO I e serão reajustados por resolução de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal, no mesmo índice e data em que ocorrerem os reajustes dos Servidores do Executivo Municipal.

Art. 36 – A posse do candidato aprovado dependerá de prévia inspeção médica, feita por junta médica contratada pela

Mesa da Câmara e somente será dada a quem for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 37 – Em conformidade com o disposto no Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, poderá o Presidente da Câmara contratar pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma definida no ANEXO III que integra esta Resolução.

Art. 38 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Divisa Nova - MG, em 28 de janeiro de 2005.

Carlos Fernando Pereira
Presidente

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO – CARREIRA

ACESSO À CARREIRA				PROGRESSÃO HORIZONTAL						
Nível	Denominação do Cargo	Cargos	Vencimento Inicial – C1	CLASSES DE CARGOS E QUANTIDADES						
I	Aux Serviços Gerais	1	R\$. 260,00	C2=c1+5%	C3=c2+5%	C4=c3+5%	C5=c4+5%	C6=c5+5%	C7=c6+5%	
II	Recepcionista	1	R\$. 260,00							
III	Vigia	1	R\$. 300,00							
IV	Motorista	1	R\$. 378,00							

CARGA HORÁRIA: 44 HORAS SEMANAIS

Divisa Nova - MG, em 28 de janeiro de 2005.

(CONTINUAÇÃO DO ANEXO I)

QUALIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DO NÍVEL I

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Qualificação: Ensino Fundamental

Atribuições: Compreendem as atribuições que se destinam a executar serviços gerais nas áreas de limpeza, jardinagem, vigilância, copa cozinha, portaria, mandatos internos e externos e

outras tarefas afins. Executar serviços de *Office-boy*, postagem de correspondências etc.

Critérios de Habilitação: experiência comprovada em uma ou mais das funções do cargo e entrevista.

RECEPCIONISTA

Qualificação: Ensino Fundamental

Atribuições: executar atendimento telefônico, efetuar ligações, organizar arquivos, receber e expedir correspondências, atendimento ao público classificando assuntos conforme sua importância, dando o devido encaminhamento, controlar a publicação dos atos do legislativo e outras tarefas afins.

Critério de habilitação: definido mediante decreto.

VIGIA

Qualificação: para inscrever-se no concurso público, o candidato deverá apresentar comprovante de conclusão do Ensino Fundamental ou experiência comprovada no exercício da profissão por, no mínimo 03 anos.

Atribuições: definido mediante decreto

Critério de habilitação: definido mediante decreto

MOTORISTA

Qualificação: Ensino Fundamental – Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D”

Atribuições: Exercer a função de motorista, manutenção e limpeza dos veículos e atividades afins.

Critérios de Habilitação: Experiência comprovada em função pública ou privada por período superior a dois anos, prova escrita de português, a nível de primeiro grau, prova específica do cargo e exame de direção.

ANEXO II

CARGO COMISSIONADO

CARGO	QUANT	NÍVEL DE VENCIMENTO	RECRUTAMENTO
ASSESSOR LEGISLATIVO	1	R\$ 779,00	AMPLO

Qualificação: Segundo Grau

Atribuições: Compreende as atribuições que destinam a dirigir e executar trabalhos administrativos que apresentem alguma complexidade, com pequena margem de autonomia, de acordo com diretrizes preestabelecidas, compreendendo, entre outros serviços, redigir correspondências e outros atos administrativos, estudar e informar processos de pequena complexidade, controlar, anotar e informar expediente que exija algum discernimento e capacidade crítica e também transmitir e encaminhar ordens e avisos recebidos, receber, guardar e conservar processos e demais documentos sob sua responsabilidade, dirigir os trabalhos setoriais quando para isso for designado, executar outras tarefas similares que lhe forem determinadas pelos seus superiores, coordenar os serviços das demais unidades administrativas da Câmara, proceder a liquidação das despesas e autorizar os pagamentos das mesmas.

ANEXO III

CASOS DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Art. 37, Inciso IX CF e Art. 22 CE

FUNÇÃO E CONDIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE	TEMPO	NORMA LEGAL PARA CONTRATAÇÃO
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA: Prestação de Serviços técnicos especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica	Uma pessoa Jurídica	06 meses renovável	Art. 13, III da Lei 8666/93
ASSESSORIA TÉCNICO CONTÁBIL: Para estruturar e orientar os serviços de controle Interno da Câmara Municipal, com poderes para assumir as atribuições de contador em casos de terceirização dos serviços de Contabilidade.	Uma pessoa jurídica ou pessoa física	12 meses renovável	Art. 13, III da Lei 8666/93

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Divisa Nova, 28 de janeiro de 2005.

Carlos Fernando Pereira
Presidente